

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.767 - GO (2019/0256894-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**
AGRAVADO : **R F DE O**
ADVOGADO : **MÔNICA ARAÚJO DE MOURA - GO026024**
INTERES. : **R T F (MENOR)**
REPR. POR : **K C DE C T**
ADVOGADO : **ANA FLAVIA DA SILVA BORGES - GO021119**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assim ementado:

"PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. VIA IMPRÓPRIA. CRÉDITO ALIMENTAR PRETÉRITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

1. Tratando-se de prisão civil por dívida alimentícia, a análise do habeas corpus fica circunscrita ao aspecto formal e ao da legalidade do ato, sendo que a incapacidade financeira do paciente e quantum estabelecido pelo Juiz singular demandam dilação probatória a ser questionadas e manejadas na esfera cível.

2. A prisão civil por dívida de alimentos visa atender as necessidades emergentes do alimentado, não estando atrelada a possível punição pelo inadimplemento ou remição da dívida antiga. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA SUA EXTENSÃO, CONCEDIDA" (fl. 87, e-STJ).

No recurso especial, foi alegada a violação do artigo 528, § 7º, do Código de Processo Civil de 2015, sob a tese de que é legal a prisão do devedor pelo não pagamento integral dos alimentos devidos.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, o Tribunal de origem concedeu o *habeas corpus* em favor do devedor de alimentos, com base nos seguintes fundamentos:

"(...)

Isso porque, sem se descurar que a questão atinente à impossibilidade de adimplemento do débito alimentar, à conversão do rito processual, bem assim a arguida ilegalidade do aumento do quantum devido mensalmente, de 150% para 300% do salário-mínimo, procedido pelo magistrado, por demandarem dilação probatória devam ser arguidas e discutidas no juízo cível competente, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa (TJGO, HC 20119-29.2018.8.09.0000, 1ª Câ. Crim., julgado em 15/03/2018, DJe 2477 de 03/04/2018), sendo certo que o elastecimento, inapropriado e sem medidas da via do Writ, ao certo redundará na modificação de sua essência, transmudando-a, de meio de proteção à liberdade de locomoção do paciente, para via de apreciação, transversa, de matérias afetas ao juízo cível, só que com mais celeridade, no caso em apreço constata-se a existência de constrangimento a ser coarctado via do madamus.

Com efeito, verifica-se que o débito alimentar vinha sendo pago regularmente, até o aumento fixado pela Juíza a quo, que elevou a pensão de um e meio para três salários-mínimos.

Além disso, é cediço que 'o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo' e, no presente caso, infere-se que as parcelas em discussão perderam o caráter de subsistência, vez que são créditos de valores pretéritos, que devem ser cobrados por ação própria, sem coação pessoal do devedor.

(...)

Dessarte, tem-se que a drástica forma de intimidação deve ser adotada para as hipóteses em que as necessidades emergem com vestes ameaçadoras para a permanência íntegra do alimentando, pela indispensabilidade dos alimentos à sua sobrevivência, de modo que, não havendo a indispensável urgência, por se encontrar a finalidade dos alimentos suprida, a execução deve processar-se segundo a regra insculpida na Lei Processual Civil.

Nessa linha, evidenciada a ilegalidade sanável pela via mandamental deste writ, conheço, em parte, da impetração e, na parte conhecida, concedo, em definitivo, a ordem impetrada, com ratificação da liminar, desacolhido o parecer ministerial de cúpula.

(...)" (fls. 84/85, e-STJ - grifou-se).

De fato, tal entendimento está de acordo com a seguinte orientação fixada na Súmula nº 309/STJ e prestigiada pelo art. 528, § 7º, do Código de Processo Civil de 2015: "o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso

do processo".

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO PARCIAL. MODIFICAÇÃO DA GUARDA. EXONERAÇÃO DO ENCARGO E CRIAÇÃO DE FUNDO EM FAVOR DA FILHA. PRISÃO CIVIL REVOGADA. AUSÊNCIA DE ATUALIDADE E URGÊNCIA NA PERCEPÇÃO DOS ALIMENTOS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A prisão civil por alimentos tem como pressuposto a atualidade da verba executada, a traduzir a urgência da prestação jurisdicional requerida, a fim de acudir as necessidades momentâneas do alimentando. Por sua natureza excepcional, não se justifica como mera punição pelo inadimplemento de dívida de valor.

3. Hipótese na qual o alimentante efetuou o pagamento de parte significativa da dívida, tendo havido a exoneração da obrigação alimentar em razão da modificação da guarda da alimentanda, com a determinação da instituição de fundo em seu favor, sendo inadequado, portanto, o restabelecimento da ordem de prisão civil do devedor, ante a perda do caráter alimentar e emergencial do débito, convertido em dívida de valor.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.383.475/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2019, DJe 14/6/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. HABEAS CORPUS. ALIMENTOS DEVIDOS À EX-CÔNJUGE. INADIMPLENTO DAS PRESTAÇÕES ALIMENTARES REFERENTES AOS TRÊS MESES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO E ÀS VINCENDAS. PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE. NCPC, ART. 528, § 3º, 911 E SÚM 309 DO STJ.

1. A jurisprudência do STJ, há tempos, se pacificou no sentido de que 'o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo' (Súm 309 do STJ). Entendimento que acabou sendo consagrado pelo novo Código de Processo Civil, na dicção de seus arts. 528, § 7º, e 911, caput.

2. O alimento devido entre cônjuges, decorrentes de obrigação na linha horizontal, tem como fundamento o princípio da solidariedade social e familiar (CF, art. 3º, I) e, mesmo que transitórios, uma vez fixados pelo magistrado, depois da comprovação de sua necessidade, devem ser tidos, ao menos durante esse período, como indispensáveis à sobrevivência humana.

3. Na execução de alimentos devidos entre cônjuges - mesmo quando estipulados na forma transitória - incide, de forma plena, a técnica executiva da coação prisional quando a verba alimentar se enquadrar na tipicidade normativa das 3 (três) prestações anteriores ao seu ajuizamento e das que se vencerem no curso do processo, já que se trata de alimentos

legítimos e necessários.

4. A restrição da execução aos valores das últimas três parcelas atrairia o efeito deletério de obrigar o credor alimentar a ajuizar várias execuções paralelas pelo rito prisional, acarretando, inevitavelmente, a acumulação de prazos de prisão decretados em diversos processos distintos.

5. A lei não faz distinção, para fins de prisão, entre a qualidade da pessoa que necessita de alimentos - maior, menor, capaz, incapaz, cônjuge, filho, neto -, mas, tão somente, se o débito é atual ou pretérito, até porque o que se mostra decisivo é a real necessidade do alimentado, mesmo que se trate de ex-consorte. 6. Não é possível, em regra, a discussão sobre a necessidade ou não dos alimentos devidos no âmbito da execução, procedimento que deve ser extremamente célere e cujo escopo de sua deflagração é justamente a indispensabilidade de tais alimentos. 7. Na hipótese, como a execução ocorreu pelo rito da coação pessoal, considerando as prestações vencidas no trimestre anterior ao ajuizamento da execução e as vincendas no curso do processo, ainda que tenha se alongado no tempo, continuará a execução devendo ser tida como de débitos atuais.

8. Ordem de habeas corpus denegada, com revogação da liminar" (HC 413.344/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 7/6/2018).

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. INADIMPLÊNCIA DO DÉBITO ALIMENTAR. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA N. 309/STJ. REGULARIDADE DA ORDEM DE PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NO WRIT.

1. O débito recente, para fins de aplicação do art. 733 do CPC, compreende as prestações vencidas nos três meses anteriores à propositura da execução, incluídas as que se vencerem no decorrer do referido processo, conforme dispõe a Súmula n. 309/STJ.

2. No caso em exame, o decreto de prisão não se refere a parcelas pretéritas, mas as que se venceram no curso do processo.

3. As questões relativas à eventual dificuldade enfrentada pelo devedor de alimentos para o adimplemento da obrigação e à ausência de necessidade premente por parte da credora dos alimentos devem ser discutidas nos autos da ação revisional de alimentos, tendo em vista a impossibilidade de dilação probatória no âmbito do habeas corpus.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no HC 302.217/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2014, DJe 10/10/2014).

Nesse contexto, incide a Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que estes não foram arbitrados na origem.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator